

Entre a reprodução e a não-reprodução da
heteronormatividade – questões relativas ao “ser ou
não ser mulher” em “As doze cores do vermelho”, de
Helena Parente Cunha

Franksnilson Ramos Santana¹

Antônio de Pádua Dias da Silva²

RESUMO: Este artigo volta-se às discussões relativas a sexualidades e gêneros, especificamente, às mulheres, cujas atuações podem promovê-las ou rebaixá-las enquanto *mulheres*, de acordo com as ideologias que compõem os sistemas de poderes da sociedade senhoreadas pelo heterossexual homem, em formas explícitas e implícitas. Nosso objetivo se resume em analisar os momentos de admissão e transgressão da Ordem falocêntrica, patriarcal, da *heteronormatividade*, por parte das personagens femininas de *As doze cores do vermelho*, de Helena Parente Cunha (1998), entendendo tal dominância como uma ordem sexual, capaz de classificar ou não a mulher como tal. Todavia a decisão da mulher transgredir a Ordem, ou seja, buscar satisfações (no trabalho, escola...), fora do lar, pode se explicar por querer ela se submeter ao que sua intimidade lhe sugere, e não mais às ordens exteriores, masculinas. Desse modo, buscamos assegurar que as mulheres no romance não buscam a posição de dominância do homem, senão sentir uma felicidade, fora do lar, que as relações tidas como perfeitas, baseadas no modelo heterossexual da heteronormatividade, não lhe concedem.

Palavras-chave: Heteronormatividade. Mulher. Submissão. Transgressão.

Introdução

Geralmente quando nos é proposta uma discussão acerca de gêneros e sexualidades, nos vem à mente o binarismo *heterossexualidade/homossexualidade*, as novas e diferentes formas de cumprimento do desejo sexual, da escolha do objeto pelo qual o sujeito satisfará sua libido. De fato, esses são os debates mais acalorados e recentes, paralelamente às lutas LGBT no Brasil. Nosso olhar se volta, diferentemente, a um outro binarismo, anterior, que

¹Doutorando do Programa de Pós-graduação em Literatura e Interculturalidade – UEPB (Campus I)
Email: franksnilson@hotmail.com

²Doutor em Letras pela Universidade Federal de Alagoas (2001). Professor de Literatura e Estudos de Gênero, no Programa de Pós-Graduação em Literatura e Interculturalidade – UEPB.

compõe a relação heterossexual, ou seja, *homem/mulher*, às fronteiras que há entre os dois, que desencadearam as lutas feministas do século XX.

Nosso objetivo será o de analisar as performances e atuações de personagens femininas ao se depararem com esses limites, propugnados por uma Ordem patriarcal, heteronormativa, a saber, das personagens mulheres do romance *As doze cores do vermelho* (1998), de Helena Parente Cunha, com o intuito de relacionar suas atitudes de sujeição e transgressão da Ordem ao *ser* ou *não ser mulher*. A heteronormatividade revela a posição da mulher: o que ela deve ser já está designado. Já na infância, aparelhos do Estado, instituições, políticas, leis, apresentam à menina dois lados: o lado da sujeição, um lugar pequeno, reduzido ao lar; e o outro, um lugar amplo, do protagonismo do homem, de dominância, desgarrado das ocupações domésticas. Decidir acessar o lugar do protagonismo, da liberdade, significa para a mulher a busca de satisfações, gozos, que aquela relação padrão, heterossexual, não está sendo capaz de cumprir. Essa admissão e transgressão da Ordem será vista mediante a protagonista inominada da ficção, já que as outras personagens, com exceção de uma, são atípicas, ousam não reproduzir a Ordem. Estas escolhem por não serem mulheres, isto é, segundo as exigências das dominâncias heteronormativas; decidem pelo protagonismo em vez do *coadjuvantismo*. Logo, acabaremos por buscar no romance os porquês dessas decisões se fazerem, procurando descobrir, no final, se as transgressões levam as mulheres à ruptura com o *ser*, ou se elas *são* por estarem se sujeitando finalmente a elas mesmas.

O desejo de abordar essa temática se explica pelo fato de evidenciarmos que, antes de qualquer discussão sobre as heterossexualidades e homossexualidades, é o binarismo *homem/mulher*, o qual faz a diferença entre ambos deixar de ser biológica para ser psíquica, cultural, espiritual, que precisa ser superado. Nada melhor que trabalhar com a literatura, campo de mimetizações, hipérboles e eufemismos, campo de lutas de gêneros, armados com palavras e discursos de enaltecimento a uma ordem ora exterior ora íntima.

Para afirmarmos que o Estado funciona antes de tudo para que os sujeitos reproduzam a heteronormatividade, interpretaremos sob uma perspectiva diferente o ensaio de Althusser (1970) “Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado”; para adentrar no imaginário feminino, nos apoiaremos em Viñuales (2002), no livro “Lesbofobia”; teóricos como Miskolci (2012), Louro (2004), Bauman (1998), nos auxiliarão a conhecer as políticas, currículos, educações, que em suas formas explícitas e implícitas pregam a desigualdade de gêneros; Silva (2010) nos ajudará a entender por que motivos as mulheres ora reproduzem ora transgridem o modelo correto de relação amorosa. Esses são nossos principais cooperadores.

1 Heteronormatividade e teorias afins

Quando Althusser (1970) revelou mediante uma de suas teses a ideia de que o indivíduo sempre-já foi sujeito porque sempre-já foi interpelado por uma ideologia dominante, em outras palavras, quis assegurar sobre a existência de um Estado que, por auxílio de aparelhos ideológicos e repressivos, já regulou como deverão ser os discursos e as atuações daqueles – neste caso, literalmente, sujeitados, subordinados, subjugados. Assim, todos esses aparelhos funcionam não só para manutenção do Estado na Ordem, no poder, senão para instruir os caminhos que devem os indivíduos seguir para que *sejam*, isto é, existam enquanto sujeitos. Igrejas, escolas, famílias, partidos, imprensas, funcionam para o Estado, de modo que dificilmente modelos de *ser* do sujeito não enquadrados com o exigido serão considerados, estudados, aceitos.

Se o Estado aponta o que e/ou como *seremos*, isso conseqüentemente eclode nas questões relativas aos gêneros e sexualidades. A começar, se pensamos profundamente ainda conforme a perspectiva *althusseriana*, pelo gerenciamento desses aparelhos – Igreja, Família, Escola...: são homens e mulheres que dividem aí a dominância? A resposta óbvia faz com que modifiquemos, adaptemos, ou escolhamos outra rota, não mais remetendo-nos ao Estado, senão a uma *heteronormatividade*, partindo do pressuposto que o binarismo “o homem se ocupa das coisas de macho” e “a mulher das de mulher” deve ser praticado, ou pelo menos prestigiado, para que os poderes e privilégios de uma maioria *hetero* sejam garantidos. Segundo nossa óptica, o sujeito que admite a *heteronormatividade* não apenas consente com a supremacia do desejo humano pelo sexo oposto, mas admite que deve se colocar, atuar, de acordo com o que os seus sexos (órgãos reprodutores) indicam, ainda que sua orientação sexual seja outra. Miskolci (2012), ao tratar de teorias *queers*, observa que há “homens gays que adotam uma estética masculina e um estilo de vida hegemônico [para sofrerem] menos violência e, de certa maneira, (...) contribuem para corroborar a heteronormatividade.” (p. 44). Outros críticos preferem se remeter a uma *Ordem falocêntrica*, como Silva (2010); Miskolci (2012) ainda acrescenta os sentidos de *heterossexismo* e *heterossexualidade compulsória* diferenciando-os do de *heteronormatividade*. Todas essas formas comungam, todavia, em relatar sobre um comando heterossexual que, em suas implicações, evidencia a superioridade do homem do modelo patriarcal. Logo, a mulher, ainda que seja heterossexual, não reproduzirá ou admitirá a heteronormatividade se acaso não aceitar seu homem como o patriarca, provedor, senhor, se porventura decidir a este não se submeter. Mas entendamos,

antes de prosseguirmos, o que seria *heterossexismo* e *heterossexualidade compulsória*, para que saibamos o porquê de não adotá-los mais a partir daqui.

Certifica Miskolci (2012) que “*heterossexismo* é a pressuposição de que todos são, ou deveriam ser, heterossexuais” (p. 46). Como exemplo do funcionamento *heterossexista* da sociedade, o sociólogo cita as ilustrações dos materiais didáticos, onde os casais são sempre formados por homem e mulher – apesar de em um livro de Biologia tal binarismo não possa ser evitado, como num capítulo que trate da reprodução. Esse exemplo não é o melhor. Antes da escola, dos currículos, a família talvez seja mais incisiva no doutrinamento de uma educação heterossexista. Já a política da *heterossexualidade compulsória* destina o sujeito à heterossexualidade, muitas das vezes indiretamente (*ibid.*). Já “a *heteronormatividade* é a ordem sexual do presente, fundada no modelo heterossexual, familiar e reprodutivo. Ela se impõe por meio de violências simbólicas e físicas dirigidas principalmente a quem rompe normas de gênero.” (*ibid.*, p. 46 – 47). Nossa escolha pela última se explica por tratar de uma Ordem falocêntrica, patriarcal, de uma forma mais genérica, incluindo seus tratamentos repressivos tanto física quanto simbolicamente. A heteronormatividade tem, porém, seu diferencial em mascarar aqueles que não são heterossexuais para que vivam como se fossem, e não sofram as consequências, como é o caso do homossexual que contém seu trajeito afeminado para ser aceito em um emprego, eventos, programas, etc. Mas falamos acima que quando nos remetemos a essa Ordem patriarcal, não limitamos nosso olhar ao binarismo heterossexualidade/homossexualidade, senão ao binarismo homem/mulher dentro do próprio modelo heterossexual de relação afetiva. Todavia não é sob uma metodologia *queer*, se é que assim pode-se dizer, que prosseguiremos neste trabalho, uma vez que não é nossa pretensão propor uma desconstrução de todo tipo de ordens, como se as leis do corpo (o que a natureza determina) e da civilização não tivessem importância nem sentido mais algum. Problematizaremos a atuação da mulher, como ora reprodutora ora não-reprodutora da heteronormatividade, a fim de entrarmos também na problemática do que tal obediência ou desobediência influi na questão do “ser ou não ser mulher” (segundo o olhar heteronormativo e dos teóricos dos gêneros e sexualidades), por intermédio da análise das personagens femininas do romance “As doze cores do vermelho” de Helena Parente Cunha.

2. Apresentação dos módulos

Falar sobre *As doze cores do vermelho*, de Helena Parente Cunha (1998), é falar sobre um romance fragmentado, assim como fragmentada é a mente da mulher diante das muitas

vozes que lhe dizem, imperativamente, como ser ou não ser, numa sociedade de cultura ocidental, de imaginário cristão. Para exposição precisa desse embaraço, a escritora dividiu seu romance em três ângulos, que são três tempos, para cada Módulo (capítulo) (que são quarenta e oito) nos quais a mulher no 1º) tem por nomeação o pronome *eu*, no 2º) o pronome *você* e no 3º) o pronome *ela*. Consecutivamente, a narradora do primeiro ângulo contará em 1ª pessoa, sendo onisciente, narradora-protagonista de suas experiências passadas e testemunha das experiências de suas amigas – as flexões aqui serão geralmente no pretérito imperfeito. Já a narradora do segundo ângulo narrará o presente, logicamente *no presente* do indicativo, sendo também onisciente, e quando se remete a um *você*, narra para uma segunda pessoa, e será, portanto, o ângulo em que o leitor se adentra mais na trama, uma vez que ele é a segunda pessoa, o receptor, representado incontestavelmente pelo *você*. No ângulo terceiro, diferentemente, temos um narrador também onisciente, mas que narra em 3ª pessoa, narrando o futuro, como vidente ou profeta. Coincidentemente, cada numeração de ângulo reflete que tipo de narrador há no romance.

Há na obra uma separação em páginas dos ângulos primeiros e os segundos junto aos terceiros. Não é por acaso. Nos ângulos primeiros a protagonista, inominada, é uma criança cheia de sonhos que, embora questionasse por que não poderia “passar para o lado de lá” (*op. cit.*, p. 14), a saber, para o espaço de domínio masculino heterossexual, foi aos poucos admitindo e obedecendo às vozes heteronormativas exteriores quanto à vida que deveria ter, à mulher que deveria ser. Nos outros ângulos a protagonista relata desde seu noivado ao casamento, experiências de mãe e separação, enfim, toda sua infelicidade por escolher seguir um rumo, na verdade, imposto por uma vontade que no fundo não foi sua.

Antes de tudo, os capítulos serem chamados de módulos e os subcapítulos de ângulos, foi um modo pelo qual a autora conseguiu mostrar a exatidão de conduta a ser considerada pela mulher para atender ao modelo patriarcal de sociedade, visto que os ângulos são elementos matemáticos e módulos elementos arquitetônicos, propiciando nela, metaforicamente, um “corpo cercado de milímetros.” (*ibid.*, p. 49). Por outro lado, a palavra “módulo” assimila ainda o sentido de apostila, lição, preparação para a obtenção de um cargo ou ingresso a alguma instituição. Ler esses módulos, seria uma forma de toda mulher se preparar para ingressar na instituição “família” (*ibid.*, p. 49). Claro que isso é uma ironia ferrenha, já que todos os módulos e ângulos ensinam que esse ingresso ao padrão familiar heteronormativo pode ser evitado.

Prestemos, portanto, uma maior atenção aos discursos, questionamentos, movimentos da protagonista, e demos uma ênfase menor às personagens secundárias, não porque são

menos importantes na obra, mas pela narração da vida daquela ser mais detalhada, e servir melhor à nossa crítica e as teorias que formos problematizando.

3. A criança diante da heteronormatividade

Durante o percurso em que intenta complementar as lacunas deixadas pelo marxismo a respeito da categorização de sujeito como resultado da assimilação, admissão e alusão de/a uma ideologia dominante, Althusser (1970) defende que “antes de nascer, a criança é (...) sempre-já sujeito, designado a sê-lo na e pela configuração ideológica familiar específica em que é «esperada» depois de ter sido concebida.” (p. 103).

A heteronormatividade faz parte da cultura ocidental. Não há como dissimular isso. As Ordens, políticas, religiosas, jurídicas, científicas, institucionais, no geral, sempre trouxeram às suas ideologias a heterossexualidade como essência, modelo que organiza as comunidades, como também o pré-requisito para um caráter irrepreensível, sem mácula. Essa essência está associada ao nascimento. O fato de nascer com um sexo (pênis ou vagina), é o suficiente para que a Ordem, no crescimento da criança, a induza ao desejo pelo sexo oposto: “esse “dado” sexo vai determinar o gênero e induzir a uma única forma de desejo. Supostamente, não há outra possibilidade senão seguir a ordem “prevista”, como indica Louro (2004, p. 15). Segundo a cultura ocidental, a biologia além de determinar o desejo sexual dos sujeitos, determina a identidade, as formas de relação na sociedade, a capacidade e incapacidade de executar tarefas.

Visto dessa forma, a criança é endereçada a atuações que dignifiquem o funcionamento binário homem/mulher na cultura, mas deve, antes de atuar, sentir, desejar sexualmente outra pessoa, de acordo com uma predeterminação biológica que é, para a heteronormatividade, também cultural.

Isso é o que comprovaremos no romance de Cunha (1998), nos ângulos primeiros, onde a protagonista narra de sua infância à juventude. Já no primeiro módulo (capítulo), a criança sabia da existência de dois lados, ou de um lado que ela não podia se fazer presente: o lado da dominância do homem. A separação é fatal. A narradora-personagem, relata que era uma menina “como as outras meninas” (*ibid.*, p. 14), ensinada a respeitar o lugar masculino, não podendo traspasar essa fronteira edificada pela Ordem patriarcal, falocêntrica, a heteronormatividade. Ela tinha medo de passar a este lado, já que menina brincava “de casinha comidinha de mãezinha (...) e os meninos brincavam de soldado espingarda revólver de espoleta” (p. 14). O diminutivo é característica das mulheres, *comidinha, casinha*, e ao

homem é concedido um repertório léxico que alude ao viril, corajoso, violento, bélico, de dominância, já em tempos de infância – *espingarda, revólver*.

À criança do sexo feminino desde sempre é apresentado o limite do seu corpo, palavras e ações. Uma ultrapassagem da fronteira significa, desde a infância, *não ser* ou *deixar de ser* mulher. A família funciona, neste sentido, a favor da *heteronormatividade*, mostrando à criança essa bifurcação, apresentando às meninas as ações a serem executadas para que elas atendam às normas culturais, sociais, enquanto na verdade antes disso estão dignificando normas sexuais. As meninas devem considerar o poder do aparelho familiar, se para a heteronormatividade a família é o “terreno para o aprendizado e disciplina para as mulheres e as crianças.” (BAUMAN, 1998, p. 182); devem aceitar o protagonismo do homem, até mesmo quando a mulher dá à luz, a partir da ideia de que o acontecimento só se deu porque o pai depositou nela uma semente (VIÑUALES, 2002, p. 37). Numa cultura ocidental, o homem ser visto protagonizando no espaço feminino não é tão estranhado como ao contrário, pois ele, sendo o sexo forte, tudo consegue, conforme sua força física e racionalidade; já a mulher, o sexo frágil, não consegue protagonizar senão por capacidades mais emotivas que racionais. Frisemos, isso no imaginário, no pensar de uma maioria que não mede esforços para admitir e reproduzir a heteronormatividade. Está no inconsciente coletivo inclusive que, se o homem quisesse, faria tudo sem o auxílio da mulher, mas esta não pode fazer um pouco sem o auxílio daquele. A mente da criança deve ser voltada aos binarismos e jogos duais: da existência do homem, pré-configurado a tal desejo sexual e atuação, e da mulher, predestinada a outro desejo sexual, e outra atuação. A protagonista do romance de Cunha (1998) sabia que, quando criança, “tinha que teria que aprender a cozinhar. Porque quando [ela] [se] casasse. A menina deve se preparar desde cedo para ser uma boa dona-de-casa.” (p. 50). O binarismo mostra a fronteira: a mulher não pode desejar sexualmente o que o homem deseja, nem assumir o espaço a ele confiado, e vice-versa.

4. Reproduções e desvios do binarismo – *ser ou não ser mulher*

A protagonista do romance aceita o casamento, como vemos no Ângulo 2 do Módulo 1. Não há uma vontade plenamente sentida por ela para querer o enlace; palavras como *amor, paixão, felicidade*, não são proferidas pela noiva. Ela quer se casar porque esse é o rumo a ser seguido, e tem que acontecer da forma como acontece com a maioria das mulheres: “você está preparado para o casamento. Alumbramento. Você quer se casar virgem como a maioria das outras moças.” (*ibid.*, p. 15).

Da mesma forma que nos ângulos primeiros, nos segundos o homem também é posto como senhor, da sociedade, da esposa e dos filhos – exige-se da mulher, protagonista, sempre submissão, ainda que ela o contrarie na segunda metade do romance. Não só senhor, o homem se torna também um opressor, que ridiculariza as atitudes da mulher quando esta “age como homem”, ou seja, trabalhando, tentando ganhar seu próprio dinheiro. O romance, explícita e implicitamente, mostra que quando o homem é *homem*, ele não é bom, compreensivo, nem propugna a igualdade de gêneros. O homem com a imagem de preconceituoso, incapaz de amar e arrogante é o tipo mais evidente na ficção: não importa ser nefasto, se tiver que atuar assim no intuito de cumprir seus papéis de homem.

A identidade sexual, para a heteronormatividade, é fixa, não um construto cultural, como propõe Louro (2004), baseada em Butler (1990). As duas sugerem que *sexo* e *gênero* se tornem termos sinônimos. Já Viñuales (2002) defende que o nascer homem ou mulher é inevitável, mas o se masculinizar ou feminizar é uma construção, assim como o apetite (instinto) sexual é natural e o objeto sexual se constrói. Em seu dizer: “lo único que está programado genéticamente es el «deseo» sexual y no el «objeto» sexual.” (p. 32). Mas, para a heteronormatividade, decidir viver a heterossexualidade não é suficiente, se homem e mulher não percebem que mesmo dentro desse tipo de relação há posições antagônicas, limites, fronteiras. Superada a decisão do objeto sexual oposto, a mulher, no caso, tem que superar outro obstáculo: o de ser mulher, e por isso submissa, de forma que apenas vislumbre e enalteça o espaço e lugar de superioridade do homem sem que ouse tampouco visitá-lo. Por isso que a lésbica, tentando a entrada em um *entre-lugar*³, encontra duas dificuldades: por um lado, decidiu não ser heterossexual, e sua vida seria atípica (conforme o *heteronormativismo*) já por isso; por outro, ela é uma mulher, e por mais que sistemas e aparelhos da sociedade não saibam de sua orientação sexual, ela terá que admitir suas limitações e inferioridades para a heteronormatividade de qualquer forma, independentemente de ser lésbica, ou bissexual, transexual...

Mas a protagonista do romance de Cunha (1998) é heterossexual, e está por isso diante de uma só barreira, em cima de um só muro. Silva (2010, p. 173 – 245), ao estudar as atuações das personagens femininas em contos de Ivana Arruda Leite, detecta nelas um certo *paradoxo*, termo bem colocado, ou seja, elas ao mesmo tempo que “*reproduzem* a Ordem negada (falocêntrica ou patriarcal, como muitos querem) (...) agridem as estruturas dessa

³ Adaptando o conceito original, de Silviano Santiago (2000), às questões de gênero e sexualidade, esse seria um lugar *entre*, de convívio de sujeitos antagônicos, o lugar das hibridações, do miscigenado, onde as minorias podem se legitimar enquanto sujeitos inseridos ali.

Ordem em busca de uma outra possibilidade de existência.” (p. 175). A protagonista de “As doze cores do vermelho” também será paradoxal nesse sentido: enxergou na juventude os dois lados; viu que para satisfazer alguns desejos, como conseguir a felicidade profissional, teria que passar para o lado de lá, o masculino, o lugar do protagonismo, mas mesmo assim viu no *lado de cá* um rumo que deveria seguir, como faz a maioria, como se desse lado a felicidade fosse garantida, o sentido do *ser* fosse consumado. Mas a ideia de paradoxo está ligada a de hibridez, sendo característica de todo sujeito, mulher ou homem.

A hibridez como característica de sujeitos “pós-modernos” explica o que Silva (2010) chama de *ambivalência* e *paradoxo* presentes nas personagens femininas da última década do séc. XX e primeira do séc. XXI, as quais estão “vivenciando uma experiência de instabilidade, de não fixidez dos valores, do experimentar novos códigos de acesso ao poder” (*ibid.*, p. 181). Esse problema de identidade deixa de ser de um gênero e passa a ser distintivo de todos os “pós-modernos”, e assim o mesmo citará Hall (1998) para afirmar que não há identidade fixa, senão identificações. Para a protagonista de *As doze cores do vermelho* (1998), são “muitas vozes e vezes na vigência dos nossos ouvidos. Vozes dizendo. Cuidado. Juízo.” (p. 36), ou seja, a presença dos discursos ideológicos de Ordem transmitidos a ela, se une às novas formas de relação homem \times mulher, fazendo com que esta percorra pelos dois lados, decida por um – por aquele lado em que se identificará – ou transite “de um espaço discursivo para outro, propondo novas práticas de viver e interpretar os sujeitos nos locais das culturas” (SILVA, 2010, p. 183).

Ao viver admitindo o funcionamento da Ordem patriarcal, da heteronormatividade, a mulher tem como função fazer funcionar a ordem do lar: ela passa a ser responsável pelo sucesso do casamento e dos filhos. No romance, o personagem que se casa com a protagonista disfarça sua responsabilidade paternal de educar as filhas, entregando-a inteiramente à mãe delas: “O marido baixando a cabeça e entrando no quarto e dizendo que ela é culpada da filha se meter com uma aquela corja” (CUNHA, 1998, p. 73). Se decide ser profissional, teme ser incapaz ou inapta, já que, no imaginário heteronormativo, ela não nasceu para aquilo: “medo de ouvir uma opinião negativa do crítico da arte. Medo de fazer uma exposição” (p. 21); como mãe, em dados momentos não sabe o que ensinar a suas filhas, recorrendo a suas amigas.

Decide, no entanto, a protagonista transgredir a Ordem, se afastar da família, buscar uma felicidade que não se limita ao interior do lar, mas as vozes, ou seja, os discursos patriarcalistas, não se ausentam em nenhum momento de sua consciência, tornando-a paradoxal a tal ponto que “ela conhecerá a fundo que não pertence a nenhum lado” (p. 101). Ela tinha duas opções: deixar de ser exemplar, submissa ao marido, ou deixar de cumprir ou

habitar os espaços domésticos e sociais em grau de inferioridade (SILVA, 2011, p. 214). Entre o *ser* e o *não ser* ela preferiu *não ser* a mulher que dignificasse a Ordem, depois de ter sentido o desgaste do matrimônio, de ter visto as filhas nascerem, crescerem, sem que pudesse ouvir dela alguma palavra ousada que comprometesse o culto das meninas à Ordem patriarcal, a qual ela passou a não aprovar. Dessa forma, a protagonista percorreu por ambos os lados, o da sujeição e o da agressão do modelo patriarcal de relacionamento amoroso. O mesmo resultado que viu Silva (2010) do enfrentamento da Ordem pelas mulheres de contos de Leite vê-se também na ficção de Cunha (1998): “ora um vazio, ora uma felicidade fraturada, ou seja, a felicidade experienciada é construída a partir de pequenos momentos ou oportunidades que surgem no cotidiano” (SILVA, 2010, p. 175).

Muitas ideologias se inscrevem na ficção, e são notadas principalmente se direcionamos a nossa atenção à relação, interação, dos personagens. A relação dos homens com a protagonista, e outras personagens, é reflexo cabal da desigualdade de gêneros, mulher e homem, em diferentes âmbitos e instituições sociais. A amiga da protagonista, “cabelos cor de fogo”, é pré-julgada por ser filha de prostituta, é uma má companhia, e desprestigiada durante todo romance; a amiga de olhos verdes engravida e aborta o filho, e tem caráter independente, atípico segundo a ideologia machista, ganha o título de “jornalista” e proclama os direitos da prostituta, defendendo também o aborto; já a amiga negra era vista como coitada, estudando de graça na escola, que “na hora do recreio a menina apagava os quadros-negros e apanhava os papéis no chão das salas de aula” (p. 26). A negra transcende na obra, tornando-se médica e a amiga mais lúcida e próxima da protagonista na obra, sendo sua conselheira e cirurgiã, ainda que seu marido não quisesse contar com seu apoio em certos momentos (p. 65). A amiga loira, que seria o modelo correto de mulher, que sonhava quando criança ser dona-de-casa, trai a amizade da protagonista, travando uma relação amorosa com o marido desta. Em sua forma literária, o romance denuncia as contradições presentes nas relações amorosas que reproduzem a heteronormatividade, isto é, as infelicidades, traições, desgastes, etc. Assim, é convincente afirmar que nem sempre a Ordem falocêntrica concentra em seus termos os modelos perfeitos de relação, de cumprimento do desejo sexual, e outros gozos, com exclusividade, já que às vezes não se mostra capaz de regular a intimidade de cada sujeito por mais que o tente apelando para as predeterminações biológicas, instituições espirituais, cadeias simbólicas, imaginários e arquétipos.

A minoria, representada por suas amigas (menos a loura), é toda transcendente (conforme pressuposto anti-heteronormativo) na ficção, porque todas escolheram pela liberdade. A protagonista caminha quase toda obra “pelo lado de cá” (regida pelo modelo

patriarcal), caminha às vezes pelo meio, e neste momento vozes da liberdade e da submissão (“ser rainha do lar”) a deixam em cima do muro, e quando atravessa “para o lado de lá” percebe que é uma atitude tardia. Seu marido, já no namoro, “dizia que [os desenhos da protagonista] eram feios” (p. 48); seu marido é insensível, sempre com o rosto acuado, “devagarmente” agindo, culpando-a por sua filha menor ser tão infantil e a maior ser tão atirada e rebelde. A mulher sofre a incapacidade de reverter os estados delas, porque ela mesmo tem um lado da filha menor, de mente atrofiada regida pela maioria – a ordem, e um lado da outra, impulsiva, adúltera, independente – e isso a silencia. Todas as amigas que resolveram experimentar uma relação alheia às relações afetivas heterossexuais segundo a lógica binária heteronormativa – *o cabeça + a submissa* – foram felizes, com exceção da loira, porquanto não houve nenhum intermédio de alguma ordem exterior que elas atenderam, embora através dessa atitude, do desvio da função do lar, para a Ordem patriarcal elas não tivessem a mesma importância, não fossem mulheres *como manda o figurino*.

Jamais pode-se dizer que mulheres *reprodutoras* do comando heteronormativo são todas infelizes, senão assegurar que a subjugação ao modelo de relação da Ordem patriarcal não é o quesito indispensável para que as felicidades das mulheres sejam sentidas. Acontece que *oser* ou *não ser* para o Ocidente depende do olhar crítico do outro. O próprio Sartre (2011) colocou: “reconheço que *sou* como o Outro me vê.” (p. 290). Filosoficamente, sentimos vergonha tal como aparecemos ao Outro ao fazermos alguma tolice, mas não a sentiríamos sem que o Outro estivesse *presentificado* ali, avaliando-nos como objeto. Também para a heteronormatividade, o *ser* depende da admissão de uma exterioridade. Porém, o Outro, diferentemente da filosofia *sartreana*, não são quaisquer pessoas: o Outro a ser obedecido, seguido como exemplo, é a Ordem, ou os que a compõem. Não cabem em estudos relativos a uma “pós-modernidade” filosofias que põem todos os sujeitos num mesmo patamar existencial. No romance analisado aqui, a protagonista *foi mulher* até se separar do marido e se distanciar das filhas, sob uma perspectiva heteronormativa. Esquematizando, ser mulher decorre de – admitir a Ordem; não ser mulher significa – transgredi-la, decepcionar a predestinação heteronormativa.

Há a ideia de que as mulheres almejam os lugares masculinos, o comando dos aparelhos de Estado, família, igreja, governo, imprensa, artes... Nas literaturas de autoria feminina, as atuações das personagens mulheres vão além disso. Resulta, ao nosso ver, que o *ser mulher* ultrapassa o sentido de *ser como o homem*, ou de simplesmente ser o sujeito que conseguiu a emancipação da genitália. Se a protagonista inominada queria trabalhar não era para se sentir como homem, ou “usurpar o seu papel de cabeça da casa”, mas por sentir que a

felicidade garantida pela Ordem foi comprometida, ou seja, ela sentiu que há tipos de gozos que não são sexuais que uma relação heterossexual, de acordo com o modelo heteronormativa, não é capaz de oferecer.

Mas o *ser* ou *não ser* mulher é confuso, depende de afetos amorosos ou não, de posturas e experiências com outros, portanto, é, culturalmente, uma construção. Paradoxalmente, a mulher nasce mulher, mas tem que aprender a ser mulher. Isso também se aplica ao homem. Voltemos, porém, à protagonista: ela foi mulher enquanto cuidadora do lar e não foi em certos momentos de agressão à Ordem? E sobre as amigas (salvo a loira), elas sempre foram mulheres porque sempre transgrediram a Ordem, buscando a felicidade fora de um heteronormativo enlace heterossexual? Nossa resposta pode ser comum, que toda mulher é mulher, não importando suas orientações, decisões, atuações. Os estudos *pós-modernistas*, por outro lado, têm muito mais ainda a contribuir acerca das questões de gêneros e sexualidades em busca de respostas inéditas. É certo todavia que a Ordem patriarcal, falocêntrica, heteronormativa, é exterior, todavia, em se tratando de seres humanos, toda obediência ao íntimo soa mais plausível.

Considerações finais

Quando Miskolci (2012) conceituou a heteronormatividade, a remeteu a uma “ordem sexual do presente, fundada no modelo heterossexual, familiar e reprodutivo.” (p. 46). Suas abordagens reforçariam as teorias *queers*, que sugerem mudanças políticas, educacionais, através das quais passaríamos a não ser reprodutores de quaisquer ordens que procurassem regular como, onde, quando, para que, deveremos usar nosso corpo. Esse artigo não percorreu este caminho de sugestões, senão o de problematizar teorias relativas a gêneros e sexualidades com o apoio da análise da ficção de Cunha (1998), “As doze cores do vermelho”, mostrando essa evidente bifurcação que separa homem e mulher. Logo, as relações homoafetivas, e outras que não a heterossexual, não receberam o nosso olhar.

Nossa atenção se voltou, em suma, ao funcionamento das relações heterossexuais, a saber, à posição da mulher nessa relação. No romance estudado, a protagonista esteve entre o reproduzir e o transgredir a Ordem. Direcionamo-nos a defender que reproduzi-la significa *ser* e o transgredi-la quer dizer *não ser mulher* diante dos sistemas e políticas baseados na heteronormatividade, que põe o homem em grau de superioridade, e por isso apto para as dominâncias, a começar pelo senhorio da mulher (parceira), seja ela namorada, noiva ou esposa.

A decisão da mulher de transgredir a Ordem, ou seja, buscar satisfações (no trabalho, escola...), fora do lar, ao nosso ver, segundo o olhar dirigido à protagonista de *As doze cores do vermelho*, parte do desejo de, em um certo momento, *ser* mulher de acordo com o que sua intimidade sugere, e não mais as ordens exteriores. Logo, uma relação baseada na heteronormatividade, que põe os sexos como divisores culturais, é insuficientemente capaz de oferecer todos os gozos à mulher, se esta tem que se abster de algumas realizações para que o homem se satisfaça. Pode acontecer ao contrário, mas a perseguição e julgamento que a heteronormatividade fará àquela, por *não ser* a mulher decente, não é o mesmo que se fará ao homem, quando este não a satisfaz e parece indecente.

RESUMEN: Este artículo se dirige hacia las discusiones sobre sexualidades y géneros, específicamente, mujeres, cuyas actuaciones pueden promoverlas o reprocharlas en cuanto mujeres, según las ideologías que componen los sistemas de poderes de la sociedad señoreadas por el heterosexual hombre, en formas explícitas e implícitas. Nuestro objetivo se resume en analizar los momentos de admisión y transgresión de la Orden falocéntrica, patriarcal, de la *heteronormatividad*, por parte de las personajes femeninas de “As doze cores do vermelho” de Helena Parente Cunha (1998), comprendiendo tal dominancia como una orden sexual, capaz de clasificar o no a la mujer como tal. Sin embargo, la decisión de la mujer en transgredir la Orden, es decir, buscar satisfacciones (en el trabajo, escuela...), fuera del hogar, puede explicarse por querer someterse a lo que su intimidad sugiere, y no más a las órdenes exteriores, masculinas. Por lo tanto, buscamos expresar que las mujeres en la novela no buscan la posición de dominancia del hombre, sino sentir una felicidad, fuera del hogar, que las relaciones creídas como perfectas, basadas en el modelo heterosexual de la heteronormatividad, no le conceden.

Palabras clave: Heteronormatividad. Mujer. Submisión. Transgresión.

Referências

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Tradução de Joaquim José de Moura Ramos. São Paulo: Martins Fontes, 1970.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

_____. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

BUTLER, Judith P. **Gender trouble**: feminism and the subversion of identity. New York: Routledge, 1990.

CUNHA, Helena Parente. **As dores cores do vermelho**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1998.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro: Rio de Janeiro: DP&A, 1998

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria *queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer**: um aprendizado pelas diferenças. Belo Horizonte: Autêntica Editora: UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto, 2012.

SANTIAGO, Silviano. **Uma Literatura nos Trópicos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

SARTRE, Jean-Paul. **O ser e o nada** – Ensaio de ontologia fenomenológica. 20. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

SILVA, Antonio de Pádua Dias da. Entre o desejo preterido e o vazio encontrado: Ivana Arruda Leite e a poética da agressão. In: SILVA, Antonio de Pádua Dias da. **Mulheres representadas na literatura de autoria feminina**: vozes de permanência e poética da agressão. Campina Grande: EDUEPB, 2010.

VIÑUALES, Olga. **Lesbofobia**. Barcelona: Bellaterra, 2002.